

## 4

### O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas

O surgimento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), vem contemporizar exatamente essa relação entre o rural e o urbano na criação de um modelo sinérgico de geração de renda, saúde e bem-estar, uma nova espacialidade, com seus fixos e fluxos atuando dentro de um sistema rede, que une ao mesmo tempo em que enaltece as diferenças.

Tem-se aí o encontro de dois lados com necessidades distintas porém harmoniosas, de um lado a urbes, com sua enorme dependência e fragilidade alimentar (visto que nenhum ou quase nenhum alimento é produzido nos centros urbanos) sendo “bombardeada” pelo interesse do mercado, ou seja, a produção e a venda, e no meio disso o consumo, um consumo acrítico, despolitizado, distanciado de suas reais necessidades e efeitos. Esse distanciamento sócioalimentar, acaba por gerar uma sociedade refém de vias alternativas mais saudáveis e éticas para a alimentação. De outro lado o rural, conectado a este meio urbano porém distinto em sua essência, onde diversos modelos alternativos de agricultura e produção alimentar se proliferam, e se contêm, pois justamente no escoamento de sua produção é que encontram seu maior obstáculo.

Em relação ao “casamento” destas necessidades, tanto do campo como da cidade, Santos (1996) discorre sobre a força motriz da ação, que seria justamente a necessidade e são estas necessidades que conduziriam os homens à criação e ao uso de “novos” objetos geográficos.

De certa maneira, tanto os produtores rurais, quanto os consumidores urbanos, construíram nas feiras do CCFO seu próprio espaço de convivência e trocas, suprimindo mutuamente suas necessidades, criando e fortalecendo vínculos e unindo realidades, mesmo que momentaneamente, antes dicotômicas. De acordo com Santos (1996) a intencionalidade (movida pela mutua necessidade), serviria como uma ponte entre a ação e o objeto, dando vida, forma e sentido à construção destas novas espacialidades experimentadas pelo CCFO.

A noção de intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de

produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre homem e o mundo, entre o homem e seu entorno (Santos, 1996, p.90).

Falar do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é antes de mais nada, falar da história dos alimentos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro, já que o CCFO faz parte desse caminhar, acompanhando desde seu estágio embrionário essa árdua e difícil trajetória.

#### **4.1.**

#### **O mercado orgânico do estado do Rio de Janeiro – da resistência à existência do CCFO**

Se compreendêssemos a agricultura orgânica como sendo fundamentalmente uma antítese à agricultura químico-mecânica, ou seja, um tipo de agricultura que não utiliza e não depende de nenhum insumo químico e ou mecânico-industrial, poderíamos afirmar que o estado fluminense e seus habitantes, sempre praticaram tal agricultura, seja na coivara de nossos índios, ou na pequena roça de nossos lavradores, a produção limpa, familiar e sem venenos, sempre fez parte da história, passada e recente do Estado.

Eu aprendi com o meu pai que aprendeu com o pai dele e na época que eles produziam, lá no início do século passado não existiam agrotóxicos, então eram produtos orgânicos de natureza mesmo, e a forma de ele produzir sempre foi da forma orgânica.<sup>18</sup>

A agricultura surgiu verdadeiramente como um ato liberatório, de emancipação da condição de caçador e coletor, de errante e nômade. Isso só foi possível, pois o homem aprendeu a “dialogar” com o ambiente, ou seja, aprendeu a perceber as necessidades do que era cultivado e do ambiente em que se cultivava.

O surgimento da Agricultura Orgânica entendida pela lei N° 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, faz parte de um processo que se realizou em todo o território nacional, principalmente a partir da última metade do século XX, mas somente em 2003 oficializado como lei. Este movimento, de uma agricultura alternativa, formado por produtores rurais, neorurais (vindos dos centros urbanos),

---

18 Entrevista concedida ao autor por Ruy Cunha Rodrigues. Agricultor e feirante do CCFO, em maio de 2015.

acadêmicos, e sociedade civil como um todo, se fortaleceu na contracorrente do modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, o qual dava continuidade às grandes oligarquias e seus latifúndios, que historicamente “sangraram” nossas riquezas para a Europa.

Atualmente o cenário da produção orgânica nacional é muito positivo, obtendo anualmente ganhos significativos de produção e comercialização como mostram a tabela 7 e os dados do próprio Ministério da Agricultura,(2014):

O Brasil fechou 2013 com saldo positivo para a Agricultura Orgânica, segundo dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. O número de organismos avaliadores de conformidade do setor mais que dobrou e o montante de produtores e unidades produtivas teve um aumento de 22%, comparado a 2012<sup>19</sup>.

|              | OCS        | OPAC      | CERTIF.  | PRODUTORES   | UNIDADES DE PRODUÇÃO |
|--------------|------------|-----------|----------|--------------|----------------------|
| NORTE        | 14         | 0         | 0        | 317          | 1.023                |
| NORDESTE     | 81         | 4         | 0        | 2.796        | 3.198                |
| CENTRO-OESTE | 18         | 2         | 0        | 247          | 269                  |
| SUDESTE      | 41         | 4         | 6        | 1.463        | 2.409                |
| SUL          | 9          | 1         | 2        | 1.896        | 3.165                |
| <b>TOTAL</b> | <b>163</b> | <b>11</b> | <b>8</b> | <b>6.719</b> | <b>10.064</b>        |

Tabela 7: Números relativos a produção orgânica do ano de 2013.

Adaptado pelo autor de: Ministério da Agricultura, 2014.

Mas, esta é uma realidade muito recente, já que por décadas a produção orgânica nacional caminhou às margens e às sombras do cenário agrícola nacional. Tal realidade agrícola foi (e ainda é) um caminho tortuoso e repleto de obstáculos, simplesmente por ser o que é, o espaço dominado, sempre tendo que resistir às pressões e ajustes construídos nas representações do espaço.

De acordo com Cristina Ribeiro, presidente da ABIO<sup>20</sup> e uma das gestoras do CCFO, dois marcos foram fundamentais para a agricultura orgânica do Estado do Rio de Janeiro e para o surgimento do CCFO. O primeiro foi a feira orgânica da Glória que nasceu em 1995 de maneira ainda ilegal, (já que o governo não

19 - Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/02/aumenta-numero-de-produtores-de-organicos-no-brasil>.

20 É inestimável a importância e o papel da ABIO - A Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, na história e desenvolvimento do cenário orgânico do Estado do Rio de Janeiro. Fundada em 2 de março de 1985, vem desenvolvendo há mais de três décadas diversas ações voltadas para a certificação, desenvolvimento, crescimento e aperfeiçoamento da produção orgânica no Estado do Rio de Janeiro.

fornecia novos alvarás para a criação de feiras), fruto de um trabalho em conjunto entre a ABIO, a COONATURA21 e a Associação de Moradores do bairro.

O sucesso da feira da Glória fez com que novas feiras tentassem ser abertas, contudo, na época, foram vetadas pela prefeitura. A feira da Glória existia, mas estava na ilegalidade. Por isso, o projeto da ABIO só começou a sair do papel quando surgiu a oportunidade de administrar um evento de revitalização do bairro da Lapa, em 2009. (Valença, 2014, p. 608)

A partir de 1995 então, os consumidores cariocas passaram a ter um maior contato com os alimentos orgânicos, que até então só eram adquiridos por grupos e redes de comercialização de orgânicos, como a Rede Ecológica<sup>22</sup>.

O segundo marco, surgiu de um reflexo a entrada dos orgânicos nas redes de Supermercados. O que parecia ser uma grande vitória, se transformou em grande apreensão, pois essa relação entre produtores e redes de mercado destacava a fragilidade e dependência destes agricultores no que tange à comercialização de seus produtos. Segundo Carvalho (2014), as redes varejistas definiam os preços de compra dos fornecedores orgânicos e os preços de venda aos consumidores, além de obrigar esses produtores a abastecerem as gôndolas duas vezes ao dia e de assumir as perdas com o que não for vendido, tornando assim a sustentabilidade econômica desses agricultores praticamente impossível.

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar orgânica em todo o país é justamente a criação de um mercado consumidor sólido e de retorno justo. Na maioria das vezes, os produtores familiares, localizados em zonas periféricas, não tem condições de transportar seus produtos até os centros urbanos, ficando assim dependentes de atravessadores e da imposição de preços a suas mercadorias. Essas condições incentivaram ainda mais o estigma do alimento orgânico como algo caro, e de difícil acesso.

---

21 Criada em 1978 a Coonatura, no estado do Rio de Janeiro, junto com a Coolméia do Rio Grande do Sul foram as primeiras iniciativas no país com a proposta de comprar coletivamente produtos orgânicos (Carneiro, 2012).

22 Criada em 2001, a Rede Ecológica é uma associação de consumidores que se propõe a comprar direta e coletivamente produtos orgânicos da agricultura familiar. Dentre suas preocupações centrais estão o apoio ao pequeno agricultor e o fomento de práticas agrícolas de menor impacto ambiental, através da compra e do consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar orgânica. (Carneiro, 2012, p.24).

A comercialização de produtos da agricultura familiar com as grandes redes de supermercado tem apresentado vários problemas para o produtor. No lado da oferta, os problemas decorrem do incipiente nível de organização da produção em termos de escala suficiente, regularidade no fornecimento, heterogeneidade dos produtos e embalagens. Além disso, os pequenos produtores têm baixa sintonia com esse mercado e, na maioria das vezes, não possui capacitação específica para negociar com esses atores. No lado da demanda, os produtores enfrentam vários obstáculos, como: o baixo poder de negociação, obrigatoriedade de vendas em consignação para alimentos perecíveis, prazos muito longos para o pagamento e, em algumas situações, a exigência do pagamento de “luvas” para colocar o produto nos supermercados. No caso de produtos orgânicos, além de enfrentarem esses problemas, os pequenos produtores ainda têm que se defrontar com uma demanda reprimida, pelo fato de que muitos supermercados trabalham com elevadas margens, encarecendo os produtos e assim reduzindo o consumo. (Mascarenhas, 2007, p.150)

Dado interessante é destacado no trabalho de Flores (2009) anterior, portanto ao surgimento do CCFO, sobre as vias de escoamento dos produtores orgânicos do estado do Rio de Janeiro, onde foram identificadas quatro principais vias (CEASA, intermediários, mercados e feiras orgânicas) destes, 35% escoavam para intermediários, 5,52% para o CEASA, e 4,42 % para supermercados. Dos 181 entrevistados “a via “Feira orgânica” foi utilizada por aproximadamente 14% dos produtores, uma proporção relativamente reduzida, pois as unidades de produção se localizam próximas a centros urbanos. (Idem, 2009,p.150)

Como reflexo a esta situação de fragilidade, os produtores orgânicos começaram a buscar soluções menos dependentes e coletivamente mais autônomas.

Incentivados pela ABIO e seus técnicos, noções de cooperativismo e associativismo foram passadas aos produtores, inclusive na aplicação de modelos de certificação participativa. Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na construção de um modelo de trocas direto entre produtores e consumidores, entre o rural e o urbano.

Após muitas reuniões entre a ABIO e os produtores familiares orgânicos, foi percebido que após as certificações, seus selos de garantia e o direito pleno de comercializar seus produtos, os mesmos deveriam voltar às origens, ao contato direto com o consumidor. Perceberam que a criação de uma relação saudável entre cidade e campo era vital para a sustentabilidade de suas produções. A ideia das feiras, muito baseada no sucesso e tradição que se tornou a feira orgânica do

bairro da Glória, surgiu como essa alternativa a esta demanda de escoamento. Sobre esta perspectiva, Mascarenhas, (2007), indica uma grande valorização da imagem das feiras de produtores locais nas diversas escalas de gestão, muito influenciada pelo peso da tradição e do imaginário coletivo presente nestes espaços.

Os mercados do produtor e as feiras livres já se tornaram uma tradição brasileira, e são espaços crescentemente promovidos pelos governos locais (prefeituras) e federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Senacs, Sebrae), bem como por algumas iniciativas de responsabilidade social (Petrobrás, Fundação Orsa). As feiras e mercados do produtor constituem espaços de solidariedade e lazer onde os produtos locais são comercializados e relações de amizade são cristalizadas, valorizando-se elementos do território. (Idem, 2007, p.128,129)

Foi somente em 2009, após um convite feito pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES, a ABIO, para a organização e realização de uma série de feiras orgânicas no Bairro da Lapa que começou a se desenhar uma parceria e uma representatividade entre o Estado e o CCFO. A ABIO neste momento tinha apresentado ao governo o projeto do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e após um ano, em maio de 2010 iniciavam-se as primeiras cinco feiras do circuito, Glória, Bairro Peixoto, Jardim Botânico, Ipanema e Leblon, como nos lembra Cristina Ribeira, uma das idealizadoras do CCFO.

A ideia do Circuito surgiu há cerca de três anos, após uma série de encontros realizados pela ABIO nos seus Núcleos de Produtores. Nos encontros, a comercialização, ao lado da assistência técnica, se apresentava como a grande demanda dos nossos associados. Os debates foram evoluindo, tanto nos Núcleos quanto no Grupo de Trabalho de Comercialização da CPO/RJ (Comissão da Produção Orgânica do Estado do Rio de Janeiro), no sentido de um retorno às origens da Agricultura Orgânica, quando a comercialização era feita diretamente entre o produtor e o consumidor. A venda direta é, aliás, um dos princípios da Agricultura Orgânica e, também, do comércio justo e solidário. Há um ano, encontramos na SEDES – Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – a parceria de que precisávamos na Prefeitura do Rio, para transformar o projeto do Circuito em realidade<sup>23</sup>.

Segundo o Regimento interno do CCFO, o mesmo tem como objetivo:

A) Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;

---

23 Fonte Planeta Orgânico, disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/abio/>, 2012.

B) Aumentar o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro aos alimentos orgânicos, através de uma cadeia de produção de venda direta, sem atravessadores, aproximando quem produz de quem consome.

C) Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro;

D) Divulgar informações e conhecimentos que ajudem a conscientizar e instruir a sociedade sobre a importância dos alimentos orgânicos para a preservação do meio ambiente e da saúde humana.

E) Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos.

F) Ser reconhecido como um “Sistema Alimentar Sustentável”, estimulando a compreensão sobre o atual modelo de produção, distribuição, consumo de alimentos e promovendo a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro.

No ano de 2010 o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas contava com 4 feiras, atualmente são 14, distribuídas nos mais diversos locais do município do Rio de Janeiro. Atualmente três organizações são responsáveis pelo Circuito: ABIO, que coordena as feiras orgânicas dos bairros Glória, Ipanema, Leblon, Peixoto, Barra da Tijuca (praça Afonso Pena), Jardim Botânico e Leopoldina; ESSÊNCIA VITAL, que coordena as feiras orgânicas dos bairros Flamengo, Botafogo, Laranjeiras, Urca e Tijuca (praça Xavier de Brito); AS-PTA, que coordena a feira orgânica da Freguesia. Ver tabela abaixo.

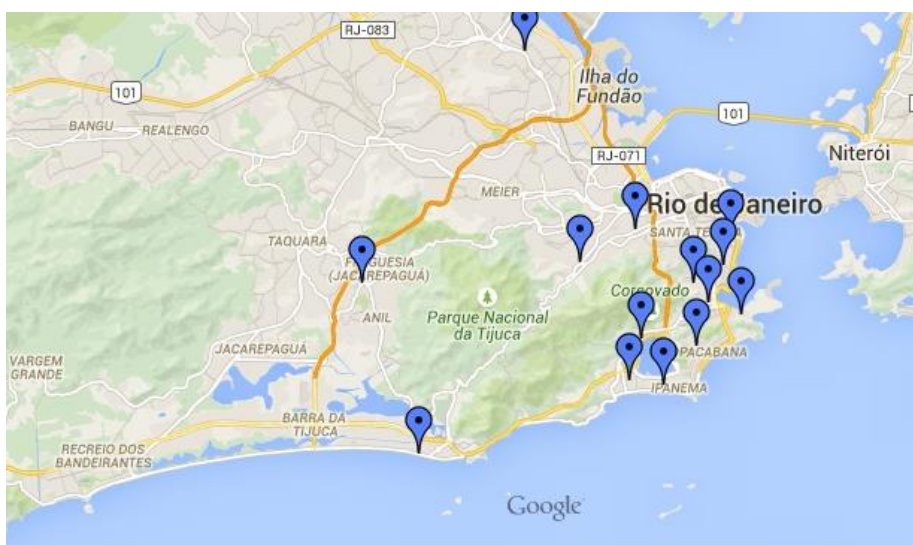


Figura 10: Área de abrangência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.  
Fonte: Google maps.2015

| Local das feiras                                    | Instituição parceira responsável |
|-----------------------------------------------------|----------------------------------|
| 1. Feira Orgânica – Glória                          | ABIO                             |
| 2. Feira Orgânica – Flamengo                        | ESSENCIA VITAL                   |
| 3. Feira Orgânica - Laranjeiras                     | ESSENCIA VITAL                   |
| 4. Feira Orgânica – Botafogo                        | ESSENCIA VITAL                   |
| 5. Feira Orgânica - Jardim Botânico                 | ABIO                             |
| 6. Feira Orgânica – Ipanema                         | ABIO                             |
| 7. Feira Orgânica – Leblon                          | ABIO                             |
| 8. Feira Orgânica - Peixoto   Copacabana            | ABIO                             |
| 9. Feira Orgânica - Tijuca (praça Afonso Pena)      | ABIO                             |
| 10. Feira Orgânica - Tijuca (praça Xavier de Brito) | ESSENCIA VITAL                   |
| 11. Feira Orgânica – Freguesia                      | ASPTA                            |
| 12. Feira Orgânica - Barra da Tijuca                | ABIO                             |
| 13. Feira Orgânica – Leopoldina                     | ABIO                             |
| 14. Feira Orgânica – Urca                           | ESSENCIA VITAL                   |

Tabela 8: Local das feiras do CCFO.

Desenvolvido pelo autor com base nas informações levantadas na SEDES.

Esses dados mostram o positivo crescimento deste segmento no município do Rio de Janeiro, a ponto de muitos feirantes terem de se ajustar para poder acompanhar a demanda do mercado consumidor.

A criação de uma feira dentro do CCFO não é algo simples. Deve-se primeiramente garantir um equilíbrio entre produtores e consumidores, ou seja, é necessário que existam agricultores com excedente de produção e regiões com carência e demanda por alimentos orgânicos. O diálogo se dá através de

subprefeituras, associações de bairros, instituições parceiras responsáveis pelas feiras (ABIO, Essência Vital e ASPTA), e Estado via SEDES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário).

As instituições parceiras são a ponte entre a sociedade, os agricultores/comerciantes e o Estado. No início do circuito, em 2010, esse diálogo era feito a partir da ABIO, mas com o crescimento e a popularização do CCFO, muitos outros feirantes aguardavam uma chance de participar. Sendo assim o SEDES- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, aceitou a participação de mais duas outras entidades parceiras, A Essência Vital<sup>24</sup> e a Rede Carioca de Agricultura Urbana<sup>25</sup>.

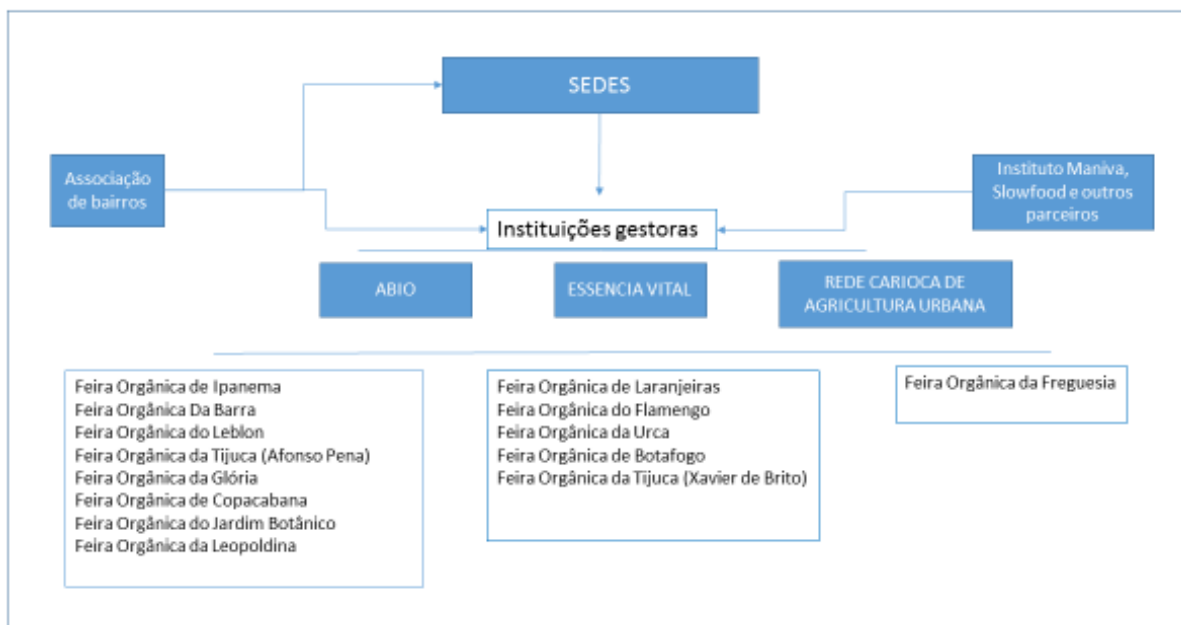
O processo de criação e manutenção das feiras é completamente participativo, da praça a ser escolhida, o local onde ficarão as barracas, ao dia da semana que a mesma se realizará e qual instituição irá administrar, tudo passa pelo coletivo e todas as decisões são tomadas em conjunto.

Ao longo do ano de 2014 e 2015, a fim de melhor compreender quem são os agentes que dão vida a essas novas espacialidades, realizei uma série de entrevistas semiestruturadas, dirigidas as três principais esferas do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: os feirantes, os consumidores, e os órgãos normatizadores e gestores (SEDES, ABIO, Essência Vital, ASPTA). Existe ainda uma quarta esfera que caminha ao lado, dando incentivo, estímulo e visibilidade, é a esfera do terceiro setor, do voluntariado, da solidariedade, Dentro do CCFO as que mais se destacam são o movimento Slowfood e o Instituto Maniva. Ver organograma da próxima página.

---

24 A Organização não governamental Essência Vital foi criada em 2003 por Marcos Mello, formado em Design, porém com fortes vínculos com a terra (vem de família agricultores). Em 2013 sua ONG, assinou um termo de parceria com a prefeitura concedendo a gestão de três feiras (Laranjeiras, Flamengo e Botafogo ) atualmente coordena cinco feiras. Informações concedidas por entrevista ao autor.

25 A Rede Carioca de Agricultura Urbana, nasceu dentro da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, a qual é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da Agricultura Familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Atualmente cuidam da gestão da feira da Disponível em: <http://aspta.org.br/quem-somos/>.



Organograma criado pelo autor com base nos dados obtidos na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário.

Os feirantes são subdivididos em três tipos, feirantes produtores (agricultores que produzem e vendem), feirantes comerciantes (não necessariamente agricultores, produzem e vendem bolos, pães artesanais, produtos manufaturados e processados) e feirantes contratados ou auxiliares (são os contratados apenas para auxiliar as vendas, tanto dos feirantes agricultores como dos comerciantes).

Os dados dos feirantes foram obtidos nos registros gerais disponibilizados pelas instituições parceiras (ABIO, ESSENCIA VITAL E REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA) ao SEDES em literatura e de entrevistas realizadas nas próprias feiras. Foram entrevistados agricultores de quatro feiras distintas, um em cada feira, nos seguintes bairros: Leblon, Tijuca, Urca e Jardim Botânico.

A figura principal e mais encontrada nas feiras, são os produtores com 45 indivíduos registrados, logo em seguida vem os auxiliares com 19 indivíduos e finalmente os comerciantes com 11 indivíduos. É prática comum, o mesmo produtor, comerciante ou auxiliar participar de duas ou três feiras diferentes. Os dados relativos as feiras da Urca, Leopoldina e Tijuca (Praça Xavier de Brito) ainda não foram disponibilizados ao SEDES, e conseqüentemente não estão computados no gráfico na página seguinte.

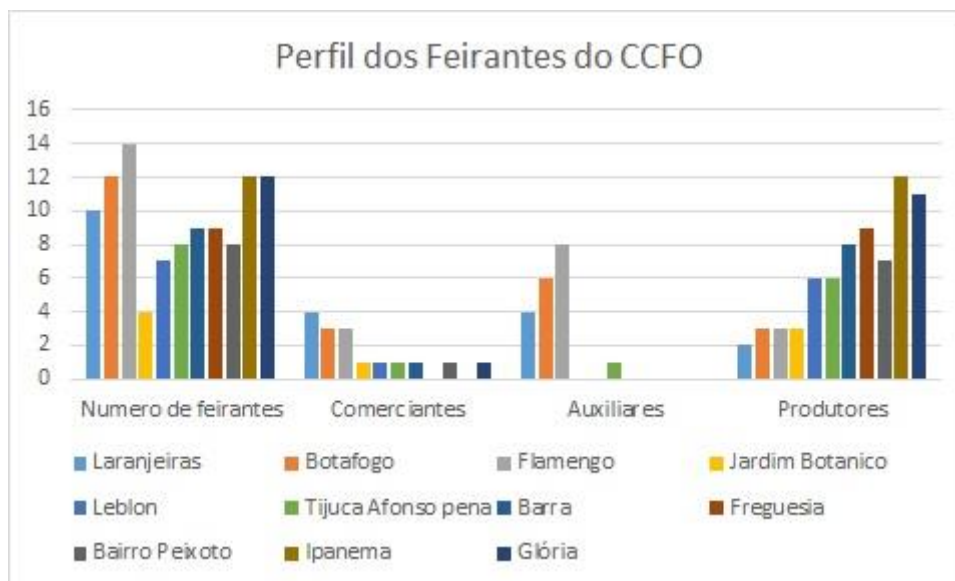


Gráfico 4: Perfil dos feirantes do CCFO.

Criado pelo autor com dados da SEDES e de entrevistas.

Com o levantamento feito junto ao cadastro dos feirantes, foram identificados 9 municípios de produção que abastecem o CCFO. Petrópolis, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Teresópolis, Duas Barras, Itaboraí, Paty do Alferes, Magé e Seropédica. Ver mapa abaixo.

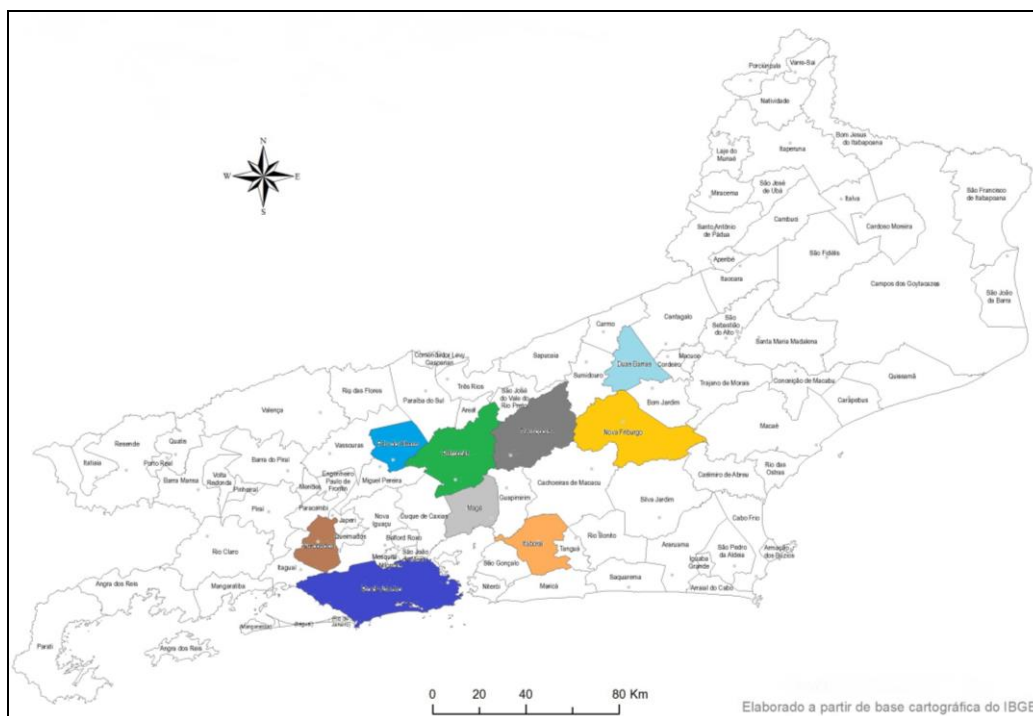


Figura 11: Área de atuação dos agricultores do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Desenvolvido pelo autor com dados do SEDES.

A maior parte dos produtores se encontra no município de Petrópolis com 15 famílias de agricultores, em seguida vem o Rio de Janeiro com 13 famílias, seguido de Seropédica com 5, Teresópolis com 4, Nova Friburgo e Itaboraí com 3, Magé com 2 famílias, Paty do Alferes e Duas Barras 1 cada. Ver gráfico abaixo.

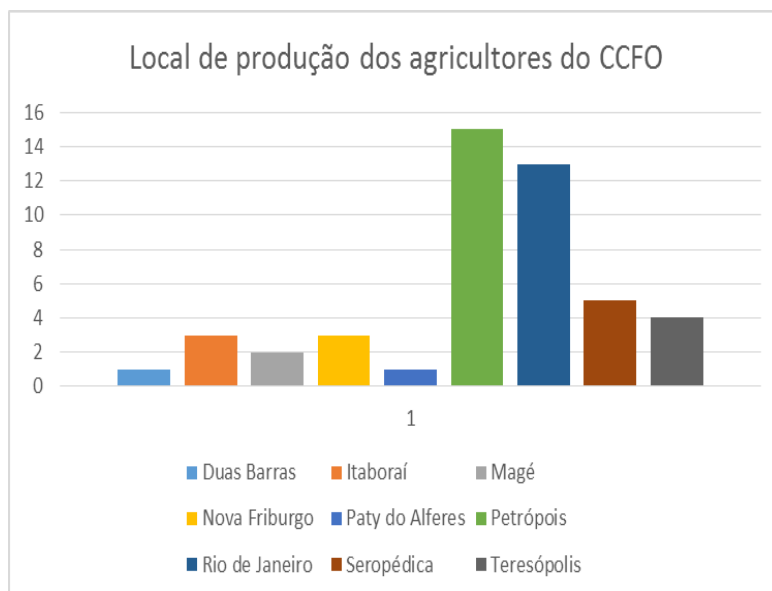


Gráfico 5: Local com maior número de agricultores pertencentes ao CCFO. Desenvolvido pelo autor com base nos dados obtidos no SEDES e em entrevistas.

Dado interessante é relativo ao profundo valor dado aos feirantes produtores, percebido no cuidado em se proteger os interesses deste segmento. No Regimento Interno do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, publicado em 20 de abril de 2015, capítulo 3, artigo 9, página 91, consta:

Não deve ocorrer concorrência entre o feirante mercador de in natura e o produtor de in natura com a exposição e venda simultânea de produtos similares. A prioridade de venda deverá sempre ser a do feirante produtor. Caso não haja produção local, é facultado ao feirante mercador a venda destes produtos previamente acordado com os feirantes produtores e o responsável da organização gestora. h) O feirante mercador deverá ter conhecimentos tanto de comércio quanto do universo de produtos orgânicos a fim de complementar a feira do ponto de vista da diversidade e da regularidade<sup>26</sup>.

Apesar de existir essa preocupação em proteger o pequeno agricultor e todas as relações a ele atreladas (cultura própria, tradição, ambiente etc.) e apesar de resistir enquanto espaço de representação ao peso de sua representação do espaço, sua heteronomia e obediência servil, esse mesmo agricultor, faz uso dela,

26 Regimento Interno do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, publicado em 20 de abril de 2015. Disponível em: [http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar\\_pdf.php?edi\\_id=2737&page=1](http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?edi_id=2737&page=1).

faz uso dos mecanismos do próprio sistema capitalista, seja ao contratar um auxiliar, seja ao disponibilizar sistemas de cartão para compra, ou até entrega a domicílio. O pequeno agricultor, sabe que sua maior resistência é existir enquanto agricultor, mesmo que para isso tenha que participar e vivenciar do modelo hegemônico, indo assim contra sua lógica familiar de agricultura, seus valores e suas referências. Fundam-se aí os desenvolvimentos desiguais entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, entre o marginal e o aceito.

Ao tempo em que se cria essa amálgama de desenvolvimentos desiguais, criam-se também as resistências ou esses espaços de resistência, que resistem ao mesmo tempo que aceitam esse norte do desenvolvimento ocidental. Harvey (2004) ao comentar as principais teses sobre localismo enquanto fruto da globalização e dos desenvolvimentos geográficos desiguais, cita justamente essa relação “incestuosa” entre a resistência e a aceitação.

Essas alegações se apoiam firmemente na experiência local, mas operam de maneira mais dialética com respeito à globalização. Apela, por exemplo, ao caráter situado das formas culturais locais, mas também fazem uso das contradições implícitas na atual aceitação, por todo o mundo, de certas normas e maneiras de “fazer negócio” e de definir tanto “liberdades” como o direito de escolher. (Idem, 2004, p.120)

Sobre o localismo e sua relação com o capitalismo e o modelo ocidental de desenvolvimento, Brandão (2003), afirma que atualmente existe um discurso muito em voga, que pretende assumir a partir do local, a suficiência por seu desenvolvimento. Muito desse discurso seria fruto de generalizações conceituais e o abuso de termos como “economia solidária”, “comunidades solidárias”, “capital social” “empreendedorismos mal detectados etc. “O espaço local e regional tudo pode, segundo esta posição que atualmente domina o debate”. (Brandão, 2003, p.2).

O certo é que o capitalismo, como sempre o fez, nos últimos anos aperfeiçoou e apurou seus instrumentos de ação, aprendeu ainda mais a mobilizar as heterogeneidades e as diversificadas “forças sociais, históricas, culturais e geográficas” dispersas, dando-lhes coerência. Aprimorou sua capacidade de se transescalar, isto é utilizar as escalas nacional, regionais e locais em seu próprio benefício, isto é, o do ganho rápido e sem constrangimentos. (Brandão, 2003, p.11)

Sendo assim mostra-se importante construir a noção que não estamos mais falando apenas do local, regional, nacional, mas sim de diversas escalas de desenvolvimento relacionados com múltiplos espaços de representação, tudo isso sobre a onipresente presença do capitalismo, capitalismo esse, que se especializou ao longo de sua história na capacidade de convencimento e “dependência”. Brandão (2003) completa deixando um possível norte de ação, ou pelo menos uma maneira de se pensar sobre, “se o sistema esmerou sua ação, é preciso que quem quer que procure controlá-lo e transformá-lo deve fazer o mesmo: aperfeiçoando sua capacidade de promover ações transescalares. (Idem, 2003, p.11)

Essas ações transescalares, são fruto dessa dicotomia entre campo e cidade, rural e urbano, entre os espaços dominantes e os espaços dominados dos muitos desenvolvimentos geográficos desiguais encontrados no mundo. Assim se comporta o CCFO, dialogando com diferentes esferas em diferentes escalas de poder, com um único objetivo, existir e se reproduzir enquanto espaço de representação dominado que é. Sobre esta resistência, um aspecto interessante é relacionado as famílias que trabalham dentro do CCFO, onde é alta a participação de jovens nos processos, tanto de produção como de venda, indo em direção contrária à realidade da maioria das estruturas familiares de pequenos agricultores brasileiros, onde a evasão de jovens e o consequente envelhecimento da classe se fazem notórios.

É importante notar que as operações envolvidas na realização das feiras geram empregos e renda no campo. Nas famílias e nos grupos, alguns produtores, particularmente os mais jovens, ao se envolverem na comercialização dos produtos, encontram novas perspectivas para permanecerem no campo e na atividade rural. (Fonseca et al., 2011, P.10)

Muito dessa perspectiva vem do aumento de renda dos produtores, que tem percebido no CCFO, uma real possibilidade de crescimento social. Segundo levantamento de 96 relatórios disponibilizados pela ABIO entre 1999 e 2002, Flores (2009) percebeu que o nível de satisfação dos produtores em relação a venda era de “Bom” para 62% dos produtores; “Regular” para 28% e “Ruim” 9%, ver gráfico abaixo.

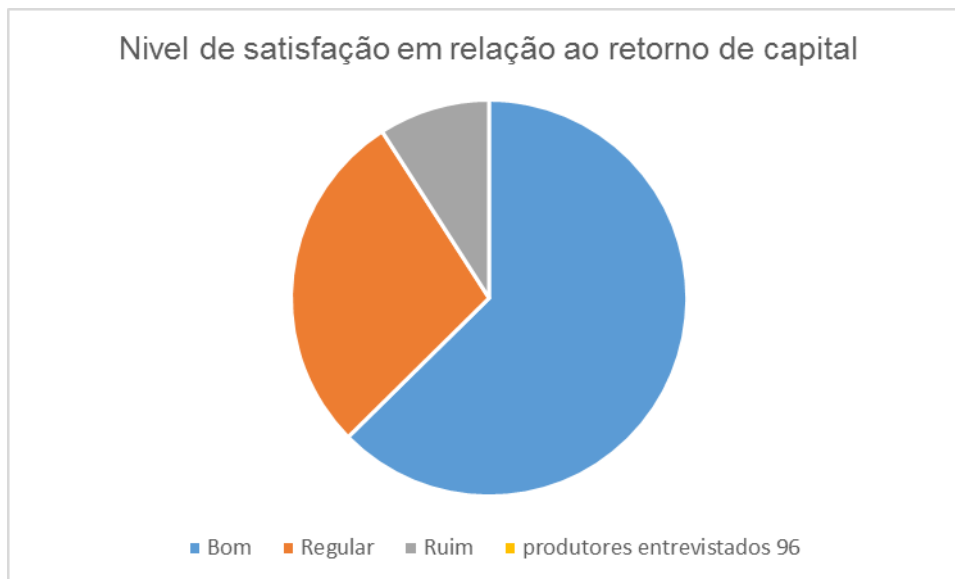


Gráfico 6: Nível de satisfação em relação ao retorno de capital.  
Adaptado pelo autor de (Flores, 2009, p.151)

Abaixo segue uma foto bem ilustrativa sobre este assunto, onde o Agricultor trabalha ao lado de suas três filhas e do cunhado, em todas as etapas de produção, do plantio, passando pela colheita até a venda.



Figura 12 - Agricultor Ruy Cunha, ao lado de sua filha, ambos feirantes do CCFO.  
Foto tirada pelo autor.

Sobre essa realidade de permanência dos jovens no campo, o agricultor da foto acima, diz que o melhor convencimento para as filhas se manterem na propriedade é a oportunidade de uma renda digna e até a possibilidade de comandar suas próprias feiras orgânicas. O agricultor contou em entrevista ao autor, que fez um contrato de parceria com as filhas, as quais assumiram a

responsabilidade por uma determinada área de plantio em sua propriedade, tirando dali seu lucro. Segundo palavras do próprio agricultor, sobre o trabalho e permanência das filhas na produção familiar orgânica, “dá para conciliar o trabalho de todo mundo sem precisar que elas saiam da propriedade para trabalhar em outro lugar”<sup>27</sup>.

Com isso, mostra-se clara a criação de uma nova espacialidade, onde tanto no meio rural como no meio urbano, novos fixos e fluxos se formam, seja ao manter e desenvolver o jovem no campo, como ao criar um novo espaço de trocas, experiências e sabores, no breve momento em que se realizam as feiras.

#### 4.2.

#### **As novas espacialidades do CCFO – autonomia sobre heteronomia**

“El espacio es um sitio de constante interacción y lucha entre dominación y resistência.(Oslender, 2002, p.3).

Antes de falarmos em novas espacialidades, temos que falar de espaço. Segundo Santos (1996) o espaço é constituído por dois momentos, distintos, porém interdependentes, são estes, os fixos ou os objetos e os fluxos (resultados direto e indireto das ações) ou as ações. Os fixos condicionam e definem os fluxos ao mesmo tempo em que as ações legitimam e reafirmam a necessidade destes fixos.

Lefebvre (2006) ao analisar o espaço geográfico, percebe esses dois momentos, os identificando como espaço dominante e espaço dominado. O espaço dominante seria formado pelas representações do espaço e espaço dominado seria formado por espaços de representação. As representações do espaço, ou o espaço concebido, criada pelos tecnocratas, arquitetos, urbanistas, etc. são representações criadas e destinadas a serem seguidas e obedecidas. “A capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social”. (Santos, 1988, p.78) O espaço dominado seria formado pelos espaços de representação, o espaço vivido, que se prolifera em uma infinidade de formas e expressões dentro das representações do espaço.

---

27 Entrevista gravada e transcrita, concedida ao autor, pelo agricultor Ruy Cunha Rodrigues da Feira Orgânica da Urca, junho de 2015.

A triplicidade do percebido-concebido-vivido, se materializa pela comunidade local e pelos agricultores nas praças públicas (deixando assim a abstração ideológica) sobre a representação das feiras orgânicas, transformando assim, os fixos e fluxos até então bem conhecidos em novas espacialidades, ou espaços de representação (Lefbvre, 2006).

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço - representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras...É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder.(Idem, 2006, p.41)

Segundo Santos (1988), uma representação do espaço ou um regime dominante, só exerceria seu papel heteronômico e hegemônico enquanto sua organização, pautada em regras, leis e normas, for eficaz, no momento em que não mais o for, a mesma desaparece. “É aí que se dá uma ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período”. (Idem, 1988, p.82) A eficácia da heteronomia acontece por dois vieses, ou legitimada pela população, a qual abre mão de sua própria autonomia em detrimento de mais ordem, segurança e “bem-estar”, ou a força, por imposição, medo etc. O que percebemos é que tem crescido o número de pessoas que não se dizem representadas pelos agentes dominantes. Os mesmos, percebendo essa insatisfação, buscaram se reestruturar absorvendo e legitimando esse fenômeno dentro de um novo processo heteronômico.

Tradicionalmente, as feiras do circuito são pensadas para ocupar espaços antes pouco aproveitados, mas com fácil acesso à população, sendo assim praças públicas se transformam temporariamente em novos espaços de representação, de trocas de experiências, produtos, saberes e culturas.

Essas novas espacialidades são entendidas enquanto espaços de resistências, por estarem reagindo ao peso da heteronomia, onde o espaço dominante ou as representações do espaço se sobrepõem ao espaço dominado ou as novas representações do espaço. Além da reação à heteronomia, estes agricultores também reagem às dificuldades enfrentadas no cultivo da produção, no traslado, na comercialização, no acesso à assistência técnica etc. Noção interessante levantada por Gonçalves (2002) e Leff (2002, 2006) é a ideia da

resistência pela existência, a “reexistência”, onde os agentes dominados não só resistiriam pelas pressões externas, mas a partir de sua própria afirmação como sujeito.

A noção de “reexistência” foi formulada por Carlos Walter Porto-Gonçalves e implica dizer que não apenas resistem e, assim, que agem em reação a alguém, simplesmente. Significa dizer que se age a partir do que é próprio, de que existem e, a partir de sua existência, resistem quando se confrontam racionalidades distintas. Daí, re-existem. Há protagonismo por todos os lados, mesmo sob relações sociais e de poder assimétricas. É preciso uma ética de autoridade para se estar aberto a essas vozes, a esses corpos outros”. (Leff, 2006, p.513):

Essa reexistência, do espaço rural sobre o espaço urbano é influenciada e conduzida sobre a autarquia do estado. O que antes era “clandestino”, legitimado somente pelo povo, passa a ser respondido e controlado pelo estado. O mesmo, vem com o dever de normatizar, de padronizar, mas também de absorver e representar “oficialmente” esse fenômeno, impõe-se aí a noção de heteronomia, onde o “diverso” *heteros* é submetido as “regras” *nomos*. Interessante notar que quando as regras, normas ou leis são entendidas como algo benéfico para a comunidade, estas são absorvidas e reproduzidas no cotidiano individual e coletivo dos feirantes.

Representando essa heteronomia do Estado, se encontra a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES, a qual entende o fenômeno do CCFO como exemplo de Economia Solidaria e Comércio Justo.

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, da Essência Vital e da Rede Carioca de Agroecologia Urbana. Além disso, o circuito conta com o apoio subprefeituras, RA's e da Secretaria de Ordem Pública<sup>28</sup>.

Neste contexto percebemos uma extensa rede de trocas, entre o espaço rural, representado pelos agricultores e seus produtos, o espaço urbano, representado pelos consumidores, e o Estado, representado pela heteronomia e controle. De acordo com Oslender (2002), estes espaços relacionam-se de maneira dialética com as representações dominantes, as quais intervêm, penetram, transformam e por fim dominam estes que dão vida aos espaços de representação,

---

28 - Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário SEDES, 2014 Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sedes/exibeconteudo?id=139486>.

ou seja, os sujeitos. Sendo assim, estes espaços de representação, entendidos aqui como o Circuito de Feiras Orgânicas e suas extensões (rural e urbano), convivem com essa relação de dominado e dominante. Uma vez sendo dominados, tendem a resistir, cria-se aí uma inevitável relação de dominação e resistência. (Oslender, 2002).

*Estos espacios de representación son ni homogéneos ni autónomos. Se desarrollan constantemente em una relación dialéctica con las representaciones dominantes del espacio que intervienen, penetran y tienden a colonizar el mundo-vida del espacio de representación. El espacio de representación es entonces también el espacio dominado lo cual la imaginación busca apropiar.* (Idem, 2002, p.6)

Oslender (2002), deixa claro que os espaços de representação não são autônomos, de fato estão inseridos dentro um modelo heteronômico, porém ao estudar o CCFO, pude perceber que existem traços dessa autonomia mesmo sobre as representações do espaço. A autonomia individual, do sujeito que decide ir por livre e espontânea vontade (sabendo que esta liberdade e a própria vontade são relativas ao espaço que o mesmo está inserido), com sobriedade e conhecimento de causa comprar diretamente com o agricultor e do agricultor que decide plantar esse ou aquele produto, da maneira que lhe melhor convir e de optar pelo modelo de agricultura alternativa que melhor lhe servir; e a autonomia coletiva, das associações, grupos e de todo o circuito que definiram de maneira democrática e participativa as normas e parâmetros do CCFO.

*La autonomía del individuo consiste precisamente en que establece otra relación entre la instancia reflexiva y las demás instancias psíquicas, así como entre su presente y la historia mediante la cual él se hace tal como es, permítele escapar de la servidumbre de la repetición, de volver sobre sí mismo, de las razones de su pensamiento y de los motivos de sus actos, guiado por la intención de la verdad y la elucidación de su deseo. Que esta autonomía pueda efectivamente alterar el comportamiento del individuo (como sabemos que lo puede hacer), quiere decir que éste ha dejado de ser puro producto de su psique, de su historia, y de la institución que lo ha formado.* (Castoriadis, 1997, P.12)

Ainda segundo Castoriadis,

*Aquí, la autonomía adquiere el sentido de autoautonomía de la sociedad, que, desde este momento, es más o menos explícita: nosotros hacemos las leyes y por eso somos responsables de ellas, y tenemos que preguntarnos todo el tiempo: ¿por qué esta ley y no otra? Esto, desde luego, vincula la aparición de un nuevo tipo de ser histórico a un nivel individual, es decir, al individuo autónomo, que puede preguntarse a sí mismo --e incluso decirlo en voz alta: ¿es justa esta ley? Todo esto no sucede sin una lucha contra los viejos heterónimos, orden y*

*órdenes; y esta lucha está, para decir una última cosa, lejos de terminar.*  
(Castoriadis, 1986, P.13)

De acordo com Souza (2000), a ideia de autonomia se desenvolve em dois sentidos, a autonomia coletiva e a autonomia individual. Em ambos os casos, o sujeito ou os sujeitos, são também agentes atuantes nos processos de criações e normatizações que regem a vida no coletivo. E a ideia de heteronomia seria justamente seu oposto, onde um pequeno grupo de pessoas, define e rege a vida de um grande número de indivíduos, através de leis, normas e parâmetros.

A ideia de autonomia engloba dois sentidos interrelacionados: autonomia coletiva... o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva de igualdades de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da esfera pública; e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. (Souza, 2000, p.76)

Ainda segundo Souza:

O inverso da autonomia, a heteronomia, corresponde a uma situação onde as leis que regem a vida de uma coletividade são impostas a alguns, via de regra a maioria, por outros, via de regra uma minoria, nos marcos de uma assimetria estrutural de poder, de uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. (Idem, 2000, p.76)

Percebo que neste caso, a autonomia coletiva, se fez presente mesmo inserida na heteronomia, pois os processos decisórios, as regras e toda a normatização do Circuito, apenas seguiu o que já existia, dos acordos feitos entre os espaços rurais e urbanos, entre o pequeno agricultor familiar e a pequena família urbana. Outro dado interessante é a boa comunicação entre estado e sociedade (no caso do CCFO) no que diz respeito à participação popular na tomada de decisões sobre o surgimento de novas feiras, onde a população participa de todas as etapas decisórias, desde os dias que essas feiras ocorrem, o local, até a disposição das barracas.

Após ter estudado a história do desenvolvimento do mercado de orgânicos no Estado do Rio de Janeiro, visto suas maiores dificuldades, como transporte adequado, falta de mão de obra, falta de assistência técnica, dificuldades de escoamento da produção etc., pude perceber que a existência do CCFO foi e continua sendo fundamental para a manutenção da pequena agricultura familiar

orgânica do estado fluminense. Se há uma década atrás a agricultura familiar orgânica estava ameaçada e corria ao risco de desaparecer, atualmente, podemos observar um contínuo e saudável crescimento. Tal crescimento é fruto de um amadurecimento simbiótico entre dois espaços tradicionalmente dicotômicos, o campo e a cidade, onde o espírito de solidariedade e a gratidão se fazem presentes e palpáveis, seja no aperto de mão de um agricultor, seja no sorriso do filho de agricultor, ou mesmo no doce e verdadeiro paladar de uma fruta fresca e sem venenos.